

BOLETIM ECONÔMICO

Nº 04/2022
Maio

Marco Regulatório: uma oportunidade

Revisão das principais legislações urbanísticas do município pode estimular crescimento econômico

Comércio exterior

Exportações sobem e importações caem no GABC; cenário de incertezas ainda predomina na balança comercial

Mercado de trabalho

Indicadores de desocupação e de geração de empregos melhoram no GABC, mas demonstram desaceleração

Atividade econômica

Trajetória de arrecadação de ICMS e ISS na região ainda demonstra ritmo baixo de crescimento da economia

Alta de preços segue preocupante

Perto de superar teto da meta estimada para 2022, inflação continua a subir em conjuntura de estagflação



P R E F E I T U R A D E
SANTO ANDRÉ

EXPEDIENTE

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ

Paulo Serra – Prefeito

Luiz Zacarias – Vice-prefeito

UNIDADE DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - UPAE

Gilvan Ferreira de Souza Júnior - Superintendente

Mario Matiello - Diretor

Marília Camargo - Diretora

Diego Cabral - Diretor

Reinaldo Bascchera - Ger. de Legislação Urbanística

Giácomo Borges - Ger. de Planej. e Proj. Urbanos

Valéria Delaguardia - Ger. de Inf. ao Planej.

Daniel da Luz - Ger. de Leg. e Pol. Urbanística

Ronaldo Ávila de Paula - Ger. de Ind. Sociais e Ec.

Sandro Renato Maskio - Economista

Katia Oyakawa - Engenheira

Cintia Pessolato Efraim - Arquiteta

Eduardo Andreatta - Arquiteto

Rafael Cruz - Arquiteto

Cristina Pegurer - Arquiteta

Tiago Gomes - Arquiteto

Silvana Gimenes - Socióloga

Maria Aparecida Benetti - Asses. de Governo

Ana Paula Lepori - Asses. de Diretoria

Ana Paula Malveze - Asses. de Departamento

Daniel Buissa - Coordenador Técnico

Renan Santiago - Assist. de Diretoria

Thiago Rocha - Assist. de Diretoria

Celso Silva - Assist. de Diretoria

Marli de Souza - Assist. Administrativo

Claudia Vaz - Assist. de Departamento

Paula Canassa - Enc. de Acomp. de Proj.

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Fernanda França - Enc. de Instr. Urban.

Daniela Rosas - Enc. de Gestão de Projetos

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Regina Shizue - Enc. de Inf. ao Planej.

Regina Nakamatsu - Enc. de Acervo Técnico

Debora Stefanelli - Enc. de Diretrizes Urb.

Bianca Nogueira - Ag. de Des. Infantil

Angelita Menezes - Prof. Ed. Inf. e Ens. Fund.

Fernanda Donegá - Estagiária

COORDENAÇÃO DO BOLETIM ECONÔMICO

Sandro Renato Maskio

Gerência de Indicadores Sociais e Econômicos



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MARCO REGULATÓRIO.....	6
3	COMÉRCIO EXTERIOR.....	9
	FLUXO DE COMÉRCIO EXTERIOR DE 2021 SE AMPLIA FRENTE AOS ANOS ANTERIORES.....	9
4	MERCADO DE TRABALHO.....	14
	RITMO DE RECUPERAÇÃO DEMONSTRA SINAIS DE DESACELERAÇÃO.....	14
5	ATIVIDADE ECONÔMICA.....	16
	UM AMPLO ESPAÇO A SER RECUPERADO.....	16
	TRAJETÓRIA DOS PREÇOS CONTINUA A PESAR NEGATIVAMENTE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA.....	19
6	INDICADORES.....	22
	BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO.....	22
	GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ.....	23
	MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	23

1. INTRODUÇÃO

Esta quarta edição do Boletim Econômico destaca, na matéria introdutória, a importância do marco regulatório a ser constituído pela revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo como as principais ferramentas do ordenamento territorial, bem como da definição de políticas públicas e de diretrizes para o progresso do município, entre elas, as voltadas ao Desenvolvimento Econômico Municipal, em especial no que tange a organização do espaço produtivo e os mecanismos de indução focados no médio e longo prazos.

Atualmente, a gestão municipal, por meio da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos (UPAE), está realizando a revisão do marco regulatório, com ações de mobilização, escuta e recebimento de contribuições da sociedade andreense voltadas ao estabelecimento das diretrizes que estruturarão este conjunto de leis para o qual a participação da sociedade é essencial.

No campo do desenvolvimento econômico, o principal desafio é identificar os gargalos e potencialidades, e definir a melhor estratégia para ampliação da competitividade local. Este é um dos pontos-chaves para definir a cidade que os andreenses desejam para as próximas décadas.

Com relação às questões conjunturais da economia, observam-se algumas evidências de desaceleração do ritmo de retomada da atividade econômica nos diferentes recortes espaciais analisados. A alta dos preços internacionais, que tendem a permanecer elevados nos próximos períodos, tem aumentado o custo das importações e dificultado a expansão da atividade produtiva. Como diversos outros países, a ampliação da dependência de insumos importados exacerbou as fragilidades com a desorganização das cadeias internacionais de produção.

Desde o último trimestre do ano passado, o mercado de trabalho apresenta perda de fôlego em seu ritmo de recuperação. A desaceleração na queda das taxas de desemprego, bem como na geração de empregos formais, é uma evidência deste comportamento. No Grande ABC, especificamente, os dados de arrecadação mensal do ICMS corroboram a trajetória do PIB pós-2014. Após queda do nível de atividade econômica ocorrida no contexto da recessão da economia nacional no biênio 2015/2016, a economia regional ficou

praticamente estagnada em um degrau inferior. A arrecadação média mensal de ICMS em 2021 sugere uma pequena elevação do ritmo de atividade, comparado aos anos anteriores.

Outro fator que joga contra a melhora do ambiente de negócios, não apenas em nível regional, é a instabilidade dos preços. Apesar de o Brasil ter vencido a hiperinflação há mais de 25 anos, entre 1996 e 2021 a inflação média nacional foi de 6,3% a.a., um valor significativo, especialmente se comparado à inflação média global.

Apenas no primeiro trimestre deste ano, a variação dos preços medida pelo IPCA já acumula alta de 3,2%, quase alcançado a meta de inflação de 3,5% programada para este ano pelo Conselho de Política Monetária. O exemplo mais evidente do efeito negativo da variação dos preços na qualidade de vida dos indivíduos é visualizado a partir da trajetória dos preços da cesta básica, que no mês de março atingiu aproximadamente R\$ 1.090 na região, segundo o CRAISA.

Este contexto conjuntural marcado por indicadores pouco animadores ajuda a reforçar a importância de se pensar, estruturar e implantar estratégias ativas de desenvolvimento econômico. Se o raio de ação regional é limitado, mas não menos importante, com relação a este desafio, os governos estadual e federal devem compreender o atual contexto global de recomposição das estruturas produtivas internas e desenhar estratégias para aproveitar as eventuais janelas de oportunidade que deverão surgir.

Boa leitura!

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MARCO REGULATÓRIO

Na edição anterior deste Boletim, foram analisados os indicadores que apontam para o preocupante desempenho econômico da última década, apresentado não só pelo Brasil como também pela região do Grande ABC.

Em uma recessão econômica, é essencial que o estado adote algumas ações com o objetivo de amenizar o inevitável impacto socioeconômico que a queda na atividade econômica provoca e também de estimular a sua retomada com o propósito de encurtar e frear a disseminação destes impactos negativos. No âmbito municipal, contudo, as possibilidades de atuação são bastante específicas. O primeiro ponto a ser observado é o restrito espaço orçamentário dos municípios para realizar uma política tributária ativa com a finalidade de induzir a atividade econômica. Ao longo dos três primeiros trimestres de 2021, segundo informações divulgadas pelo Tesouro Nacional, a arrecadação de impostos pelas cidades correspondeu a 8,3% do total. A receita dos municípios, no entanto, foi correspondente a 25% do total arrecadado no mesmo período, demonstrando ampla dependência dos repasses dos governos estaduais e federal, em sua grande maioria, com destinação carimbada, como saúde e educação.

Essas características fazem com que os municípios tenham pouco ou nenhum espaço para abrir mão de receita e/ou criar um fundo de recursos destinados a fomentar a retomada da atividade econômica local. Neste ponto, é essencial destacar que políticas de fomento à atividade econômica e setorial, como as industriais, comércio exterior, consumo doméstico, entre outras, dependem de ações estruturadas e direcionadas. Em grande parte, essas ações são vinculadas a mecanismos de financiamento, desoneração tributária, proteção contra concorrência, câmbio, entre outros, e, inegavelmente, os fatores que dinamizam as políticas produtivas e setoriais estão fortemente amarrados à dinâmica macroeconômica das economias e aos instrumentos de ação do governo federal e, quiçá, dos governos estaduais. Isso não diminui a importância da interlocução do governo local com agentes produtivos dos variados setores da economia, visando à definição de uma política de desenvolvimento econômico municipal e a elaboração de um plano pautado em ações estruturantes de estímulo e incentivos a setores específicos e estratégicos, como às cadeias produtivas locais já instaladas ou com potencial de implantação e crescimento a

partir da identificação de novas vocações em função das características territoriais e oportunidades atuais do mercado.

Neste cenário, além do limite de políticas locais estruturais, os municípios têm mais eficácia para fomentar os pequenos empreendimentos, detentores de grande capacidade de geração de emprego, que também necessitam de um ambiente macro atrativo e são carentes de um contato mais próximo com o poder público. O estímulo à atividade dos pequenos empreendedores, que invariavelmente está atrelada ao ritmo de geração de riqueza dos grandes produtores da economia, depende de medidas locais específicas, tais como ações de profissionalização, organização de arranjos produtivos, divulgação dos produtos locais fora do mercado cativo, estabelecimento de um canal de relacionamento dos empreendedores com o governo local, entre outras.

No atual momento de revisão da legislação urbanística, a articulação entre a política de desenvolvimento econômico e as políticas territoriais e populacionais a serem revisadas é fundamental. Neste escopo, o ordenamento do uso, ocupação e parcelamento do território apresenta a potencialidade de incentivar os ganhos de escala que podem ser obtidos com a organização econômica do espaço urbano. Tal entendimento foi norteador para o estabelecimento da legislação urbanística vigente, mas face ao tempo decorrido de sua implantação e seus resultados alcançados, o atual conjunto de leis deve ser revisitado para alinhamento às novas políticas públicas. A partir 2004, houve novo regramento no uso do solo e dos parâmetros urbanísticos visando ao incentivo ao desenvolvimento econômico. A antiga setorização de segregação de atividades foi substituída pelo uso misto, de forma a viabilizar a implantação de atividades econômicas em todo o território, condicionadas ao atendimento de níveis de incomodidade.

Zonas específicas foram criadas para atividades produtivas existentes não conformes ou novas atividades não adaptáveis aos níveis de incomodidade pela sua natureza, como as Zonas de Uso Exclusivamente Industrial, de Desenvolvimento Econômico Compatível e Setores de Uso Não Residencial do Eixo Tamanduateí. Nesta mesma linha de raciocínio, foram criadas áreas vocacionadas por fatores locais, especialmente as Zonas Especiais de Base Tecnológicas. Para a articulação de incentivos específicos para atividades comerciais e de serviços, foram criadas as Zonas Especiais de Interesse Comercial.

Nesse sentido, o município tem o dever de planejar um novo marco regulatório que compatibilize e incorpore as novas estratégias de esforço econômico com as de desenvolvimento urbano. Este é um dos aspectos fundamentais a serem debatidos no atual esforço de revisão do marco regulatório que está sendo realizado em Santo André.

Sendo assim, cabe responder: qual a estratégia de desenvolvimento econômico produtivo que se deve estimular no município? Qual o modelo de competitividade regional se deve estabelecer na economia local frente às outras regiões próximas, ao contexto econômico e suas tendências? Quais são os instrumentos de política urbana que se mostram mais eficazes para os desafios presentes?

Há um elemento essencial neste processo que é o objetivo de atrair os setores produtivos para as regiões mais competitivas nos médio e longo prazos, ou seja, oportunizar a criação de estruturas e ambiente econômico mais favorável à viabilidade dos empreendimentos.

Se na organização do espaço econômico do município o plano diretor optar por criar mecanismos de estímulos aos setores e atividades que competem por escala e via custos, a cidade tenderá a atrair atividades reprodutivas e de médio ou baixo esforço de desenvolvimento tecnológico. Se optar por estimular atividades que competem por diferenciação de produtos e tecnologia, terá mais chances de atrair setores que realizam maior esforço de desenvolvimento tecnológico, e assim sucessivamente.

Uma questão é essencial neste processo: é necessário estabelecer uma estratégia competitiva para a economia local. Serão estas escolhas e os determinantes da competitividade regional que definirão a capacidade de geração de riqueza no médio e longo prazos no município e na região, com efeitos diretos e indiretos a todos os setores da economia e na criação de oportunidades de trabalho e renda na cidade.

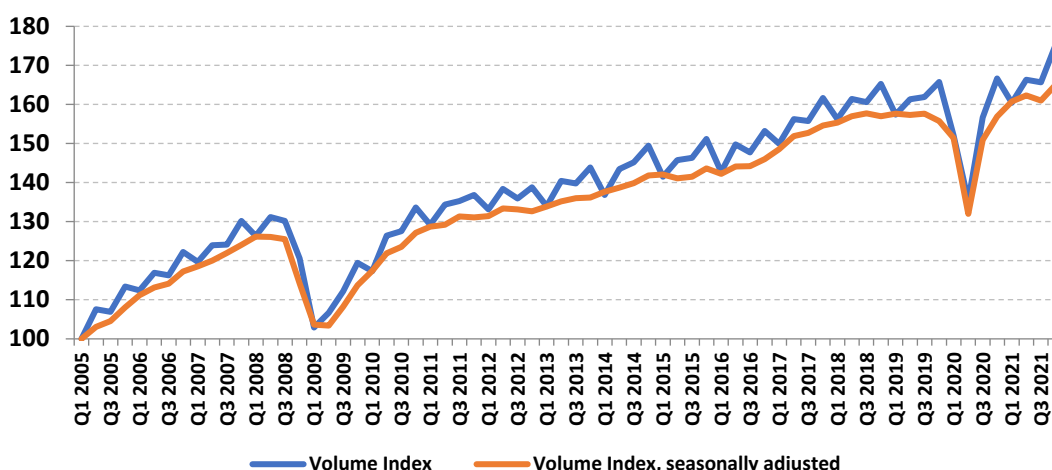
A discussão sobre “o município que queremos” passa inevitavelmente por este debate.

3. COMÉRCIO EXTERIOR

3.1 FLUXO DE COMÉRCIO EXTERIOR DE 2021 SE AMPLIA FRENTE AOS ANOS ANTERIORES

Ao longo do ano de 2021, o volume de comércio mundial apresentou crescimento de 9,8% em relação a 2020, desempenho puxado especialmente pelo crescimento do segundo semestre do ano, de 22,9%, ao ser comparado com o mesmo período de 2020, quando houve o impacto mais severo nas transações de comércio exterior, como demonstrado no gráfico abaixo, a partir das informações da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

**Volume de Comércio Exterior (Exportações) no Mundo
2005 = 100**



Fonte: UNCTAD

Na comparação de 2020 com 2019, o fluxo de exportações mundiais retraiu 5,9%, dado o efeito contracionista provocado pela pandemia. Entre as diferentes regiões do globo, a África e a América do Norte foram os que apresentaram reduções percentuais mais elevadas, de 11,3% e 10%, respectivamente, ao passo que as exportações da Ásia retraíram apenas 1,9%. No biênio seguinte, na comparação entre 2021 e 2020, o crescimento de 9,8% nas exportações mundiais foi puxado especialmente por Ásia e Europa, onde estas cresceram 13,5% e 8,3%, respectivamente.

Do ponto de vista analítico, chama a atenção a comparação entre o períodos pré-pandemia, considerado aqui o ano de 2019, e o período de retomada após os efeitos mais intensos da pandemia, considerado aqui como o ano de 2021. A análise do volume

exportado mundialmente observado em 2021 e em 2019 aponta um crescimento de 3,3%. Contudo, esta ampliação se concentrou na Ásia, cujo volume exportado foi 11,3% maior. Em todos os demais continentes, as exportações diminuíram na mesma comparação, inclusive na Europa, cuja diminuição foi menor que 0,02%, segundo dados da UNCTAD.

Variação % do Volume de Exportações- com ajuste sazonal			
	2020/2019	2021/2020	2021/2019
World	-5,9%	9,8%	3,3%
Africa	-11,3%	5,2%	-6,7%
Americas	-8,8%	6,4%	-3,0%
Northern America	-10,0%	6,7%	-4,0%
Latin America and the Caribbean	-6,5%	6,2%	-0,7%
Asia	-1,9%	13,5%	11,3%
Europe	-7,7%	8,3%	0,0%
Oceania	-3,7%	-1,9%	-5,5%

Fonte: UNCTAD

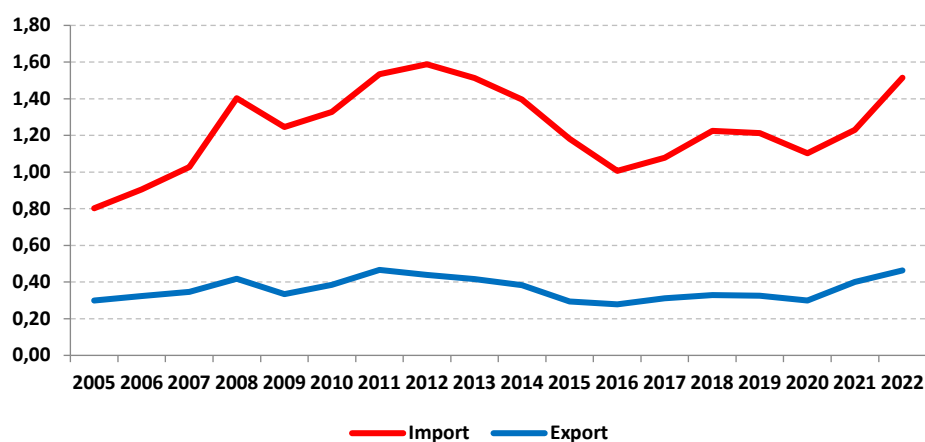
Ao longo do primeiro quadrimestre de 2022, o volume de exportações brasileiras somou US\$ 101,4 bilhões (FOB), 24,3% maior que no mesmo período de 2021. Entretanto, a quantidade exportada em quilos diminuiu 2,2%, somando 211 bilhões de quilos. Comparativamente a 2021, o preço médio do Kg exportado aumentou de US\$ 0,37 em 2021 e, no primeiro quadrimestre de 2022, US\$ 0,48. No mesmo período de 2020, o preço do kg exportado foi de 0,32.

Do lado das importações, o primeiro quadrimestre de 2022 somou movimentação de US\$ 81,2 bilhões (FOB), 27,69% superior a igual período de 2021. A quantidade importada no mesmo período, contudo, diminuiu 3,5%, acumulando um total de 53,5 bilhões de quilos. O preço do quilo importado aumentou de US\$ 1,14 para US\$ 1,51 na comparação entre 2021 e 2022, o que explica o volume de importações ter diminuído simultaneamente ao aumento da movimentação financeira em US\$ (FOB).

Nos primeiros quatro meses de 2022, a corrente de comércio exterior movimentou pouco menos de US\$ 182 bilhões (FOB) e 264 bilhões de quilos, representando um aumento de pouco mais de 25% na movimentação financeira e pouco mais de 2,5% no volume em quilos de bens transacionados internacionalmente.

Na comparação entre o preço médio de 2020 e do primeiro trimestre de 2022, o preço (FOB) por quilo das exportações aumentou 54,4%, e das importações 37,3%.

Preço médio anual dos bens transacionados pelo Brasil = US\$ / KG



Fonte: ComexStat – Ministério da Economia.

A Balança Comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 20,1 bilhões (FOB) no primeiro quadrimestre de 2022, 11,8% maior que o observado no ano anterior. Em sua composição, as transações com bens intermediários geraram superávit de US\$ 16,4 bilhões (FOB), seguidos das transações com bens de consumo e com combustíveis e lubrificantes, que apresentaram, respectivamente, superávits de US\$ 4,5 bilhões (FOB) e de US\$ 3,4 bilhões (FOB). Na outra ponta, as transações com bens de capital e com bens não especificados geraram déficits de US\$ 4,1 bilhões (FOB) e US\$ 20,1 bilhões (FOB).

O Grande ABC registrou uma corrente de comércio exterior de US\$ 3,25 bilhões (FOB) no primeiro trimestre de 2022, 6% maior que em igual período de 2021. As exportações aumentaram 30%, somando US\$ 1,68 bilhão (FOB). As importações recuaram 11,4%, acumulando US\$ 1,57 bilhão (FOB). Dada a redução nas importações, estes primeiros meses de 2022 registraram superávit comercial de cerca de US\$ 110 milhões (FOB), frente a um déficit de pouco mais de US\$ 484 milhões no primeiro trimestre de 2021.

A ampliação das exportações foi puxada pelos bens intermediários (+41%) e bens de capital (+19%), correspondendo a mais de 95% da ampliação das exportações em US\$ (FOB). O grupo dos bens de consumo (+23%) respondeu por pouco menos de 4% desta ampliação.

Do outro lado da Balança Comercial, a redução das importações foi impulsionada pelos bens de capital (-39%) e pelos bens intermediários (-2,8%). Juntos, estes grupos responderam por mais de 95% da redução as importações em US\$ (FOB) registrada neste

primeiro trimestre. Os bens de consumo (-11,5%) responderam por pouco menos de 5% da queda.

A melhora do resultado comercial na comercialização de bens intermediários, em mais de US\$ 293 milhões (FOB), foi o principal responsável na geração do superávit de pouco mais de US\$ 110 milhões na Balança Comercial da região no quadrimestre. O grupo de bens de capital ampliou seu superávit em US\$ 275 milhões (FOB), comparativamente aos quatro primeiros meses de 2021. Estes dois setores responderam por mais de 96% da melhora no saldo da Balança Comercial da região, que foi deficitária em mais de US\$ 484 milhões (FOB) em 2021 e, em 2022, registrou superávit de pouco mais de US\$ 110 milhões no primeiro quadrimestre do ano.

Especificamente a redução nas importações pode ser explicada por alguns fatores: a tendência de desaceleração da atividade produtiva na região, em especial na indústria, importante importadora de bens intermediários e de capitais; a dificuldade de acesso a diversos bens industrializados e semi-industrializados no mercado externo, aos quais se soma a elevação do custo das importações.

A economia andreense registrou uma corrente de comércio próxima a US\$ 358 milhões (FOB), 16% maior que no primeiro trimestre do ano passado. As exportações somaram US\$ 174,1 milhões (FOB), crescimento de cerca de 40% frente a 2021. As exportações de bens intermediários somaram US\$ 168,3 milhões (FOB), 44% maior que em igual período de 2021. Somente as exportações de peças e equipamentos de transporte somados aos insumos industriais elaborados responderam por 87% das exportações.

Do outro lado, as importações somaram US\$ 183 milhões (FOB), valor praticamente estável em relação ao primeiro quadrimestre de 2021. As importações bens intermediários, responsáveis por 87% do total no período, registraram queda de pouco mais de 3% no quadrimestre ou US\$ 5,1 milhões a menos. A elevação das importações de bens de capital (+30%) e dos bens de consumo (+23%) amenizou a queda nas importações entre janeiro e abril de 2022 no município.

Como resultado dos fluxos de exportação e importação, o déficit da Balança Comercial da cidade de Santo André foi de US\$ 9,8 milhões (FOB) nos primeiros quatro meses do ano, 83% menor que em igual período de 2021. A comercialização de bens

intermediários acumulou superávit de US\$ 7,1 milhões, contra um déficit de mais de US\$ 49 milhões em 2021 para os meses de janeiro a abril, constituindo o grupo de itens que mais contribui para a melhora do resultado do saldo da Balança Comercial do município.

Entretanto, assim como apontado ao se observar os dados agregados para o GABC, há alguns fatores que ajudam a explicar este resultado. Contudo, nenhum deles está ligado à melhora de competitividade e ou da inserção da economia regional no cenário nacional e internacional. Ainda não é possível fazer um prognóstico seguro sobre as tendências do comércio exterior para este ano de 2022. No cenário internacional, além das incertezas sobre os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, alguns países voltaram a registrar piora nos índices de contaminação pela Covid e novas variantes, às quais se somam a tendência de elevação dos preços no mercado externo e a taxa de juros básica da economia dos EUA.

No plano nacional, de um lado há a trajetória de retração da política monetária para conter a inflação, com elevação dos juros e valorização do R\$, ao menos no curto prazo; de outro, desenha-se um cenário de ampliação da instabilidade frente às eleições majoritárias que se aproximam. Indubitavelmente, um dos grandes desafios para os próximos anos será conseguir aproveitar as janelas de oportunidade que poderão surgir com o movimento de reindustrialização sinalizado como parte do esforço de diversos países em estimular a retomada de suas atividades econômicas.

4. MERCADO DE TRABALHO

4.1 RITMO DE RECUPERAÇÃO DEMONSTRA SINAIS DE DESACELERAÇÃO

A Pesquisa de Amostra a Domicílio Contínua (PNADC) apurou uma taxa de desocupação de 11,1% no último trimestre de 2021 no plano nacional, dando sequência à trajetória de redução dos trimestres anteriores. Nos trimestres encerrados em janeiro e em fevereiro deste ano, as taxas de desocupação foram de 11,2% em ambos os períodos. No trimestre encerrado em fevereiro de 2021, a taxa de desocupação era de 14,6%. Embora o indicador aponte uma interrupção da redução da taxa de desocupação nos últimos dois meses, sazonalmente, o primeiro trimestre do ano não é favorável à geração de empregos.

A taxa de subutilização da força de trabalho também reduziu de 29,2% para 23,5%, entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2021 e de 2022. Contudo, apesar da redução do número de trabalhadores desocupados, o rendimento médio no trimestre encerrado em fevereiro deste ano foi de R\$ 2.511, cerca de 8,7% menor que em igual período de 2021. Na comparação entre os mesmos períodos, a massa de salários pagos reduziu 0,2%. Fatores como a maior oferta de trabalho frente à demanda e menor folga no fluxo de caixa das empresas diante da vagarosa retomada da economia brasileira contribuem para uma recuperação mais lenta dos salários na economia, padrão observado em momentos anteriores de retomada econômica pós-retração.

O Estado de São Paulo fechou o último trimestre de 2021 com taxa de desocupação de 11,1% da força de trabalho após ter registrado 14,8% no último trimestre de 2020. Os dados mais atualizados para os estados, com informação sobre o comportamento do mercado de trabalho no primeiro trimestre de 2021, serão disponibilizados apenas após a divulgação da PNAD Trimestral pelo IBGE.

Observando o mercado formal de trabalho, especificamente os trabalhadores empregados no regime CLT, é possível obter informações regionalizadas mais detalhadas. A taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro tem se mantido em aproximadamente 40%, segundo dados da PNAD. Do total de empregados, cerca de 54% estão formalizados no regime CLT.

Enquanto no primeiro bimestre de 2022 a economia brasileira gerou pouco mais de 615 mil postos formais de trabalho, o Estado de São Paulo acumulou saldo positivo de 176.151 postos regidos pela CLT. Para efeito de comparação, no mesmo período de 2021, a unidade federal paulista gerou 241.886 vínculos formais de trabalho. No país, o saldo computado foi de 805.161 postos. Em ambos os recortes, observa-se uma desaceleração no ritmo de absorção do mercado formal de trabalho.

Seguindo o mesmo parâmetro, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) registrou acréscimo de 82.416 empregos formais no primeiro bimestre de 2022. Apenas o setor de serviços e construção civil geraram 84.980 postos de trabalho. Em igual período de 2021, a região gerou 123.262 empregos formais.

Ao longo dos primeiros três meses deste ano, o Grande ABC gerou 5.155 postos de trabalhos formais, puxados especialmente pelo setor de serviços, que gerou 5.520 postos de trabalho, enquanto o setor de comércio perdeu 2.074. Em igual período de 2021, a região gerou 7.281 postos formais de trabalho, puxados pela indústria de transformação, construção civil e serviços.

Também puxado pelo setor de serviços, em Santo André, o saldo de empregos no mercado formal de trabalho no primeiro trimestre do ano foi de 2.550 postos, resultado maior que o primeiro trimestre do ano passado, quando foram gerados 131 empregos.

Apesar da melhora nos indicadores de desocupação e de geração de postos formais de trabalho, os mesmos demonstram desaceleração no ritmo de recuperação. Isso pode ser explicado pela ocorrência de um ajuste de correção mais veloz até o terceiro trimestre de 2021, bem como pela redução do ritmo de retomada da atividade econômica, os quais guardam algum grau de correlação entre si.

A respeito disso, em se concretizando a queda nas projeções de crescimento econômico para este ano de 2022, inclusive informada pelo Ministério da Economia no último mês de março, o ritmo de recuperação do mercado de trabalho deverá ser efetivamente reduzido. O baixo ritmo de crescimento econômico observado especialmente após 2014 tem reduzido significativamente a geração de oportunidades na economia, cujas consequências tenderão a ser sentidas ao longo do tempo.

5. ATIVIDADE ECONÔMICA

5.1 UM AMPLO ESPAÇO A SER RECUPERADO

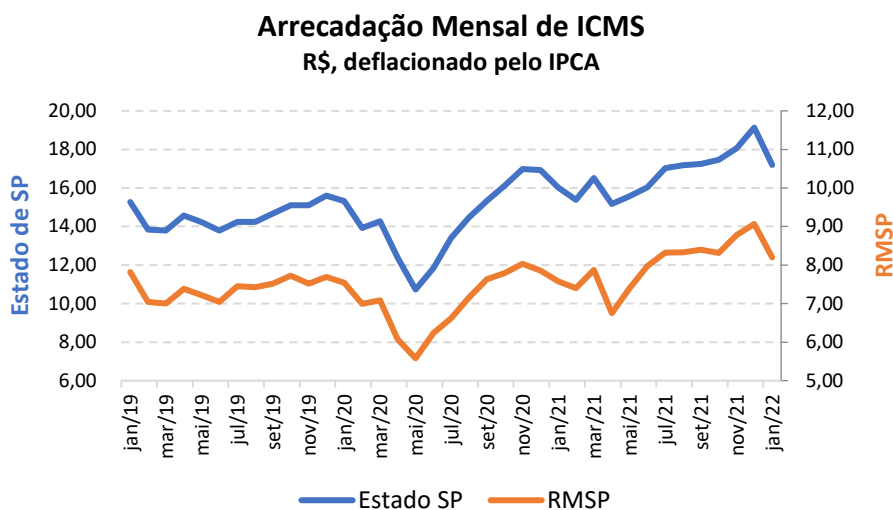
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 a economia brasileira cresceu 4,6% em relação a 2020, quando retraiu 4,17% por conta dos efeitos provocados pela pandemia, especialmente. No biênio 2020/2021, a economia brasileira cresceu apenas 0,5%, ou seja, ficou praticamente estagnada.

De acordo com o Boletim de Conjuntura do 1º Trimestre de 2022 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o monitor do PIB da FGV estimou crescimento de 1,2% e 1% nos meses de janeiro e de fevereiro de 2022, respectivamente, quando comparados a igual período do ano anterior, o que equivale a um crescimento estimado no 1º bimestre do ano de 1,2%. O último relatório Focus divulgado pelo Banco Central na última semana de março apontava uma expectativa de crescimento de 0,5% para este ano de 2022. Em meados de março, a equipe do Ministério da Economia reduziu a previsão do crescimento do PIB de 2,1% para 1,5% para este ano.

No Estado de São Paulo, as estimativas realizadas pelo SEADE apontaram uma taxa de crescimento de 5,7% em 2021. Com a estimativa de crescimento de 0,27% para o ano de 2020, no biênio 2020/2021, as projeções apontam um crescimento de aproximadamente 6% no período, caso as estimativas se confirmem.

Com relação às estimativas regionalizadas, o SEADE também apurou para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) crescimento de 5,1%. No biênio 2020/2021, o SEADE estimou um crescimento de 5,18%.

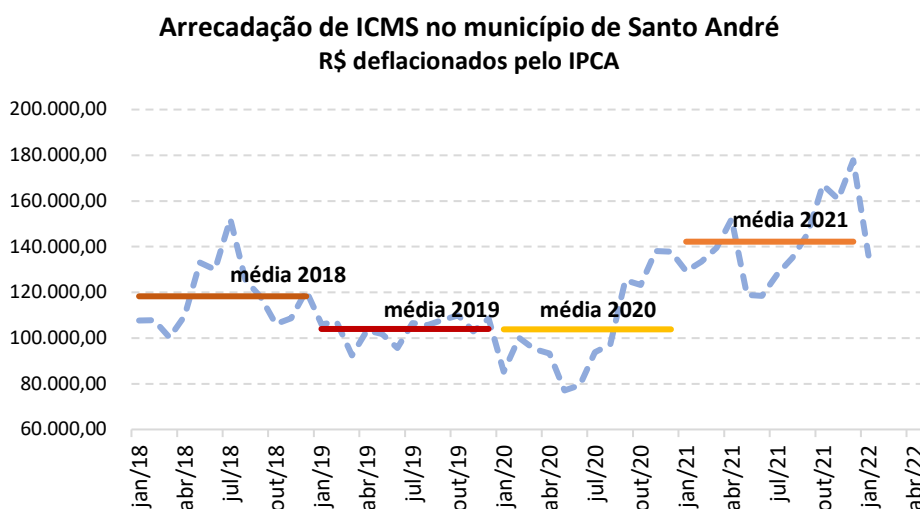
A trajetória de arrecadação do ICMS em São Paulo aumentou 16,9% em 2021, comparado a 2020, deflacionados pelo IPCA. Na região Metropolitana de São Paulo, no mesmo período, a arrecadação aumentou 13,6%, comportamento que corrobora a trajetória de crescimento apontada pelas estimativas do SEADE.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

No Grande ABC, no acumulado de 2021, a arrecadação de ICMS registrou alta de 22,4%. Os maiores acréscimos foram registrados nos municípios de São Caetano do Sul (37,2%), Santo André (36,9%) e Diadema (29,6%). Apenas Rio Grande da Serra assinalou queda de arrecadação de ICMS (-17,2%).

A média de arrecadação mensal de ICMS em Santo André no ano de 2021 foi mais elevada que a observada nos últimos anos, conforme aponta o gráfico abaixo.

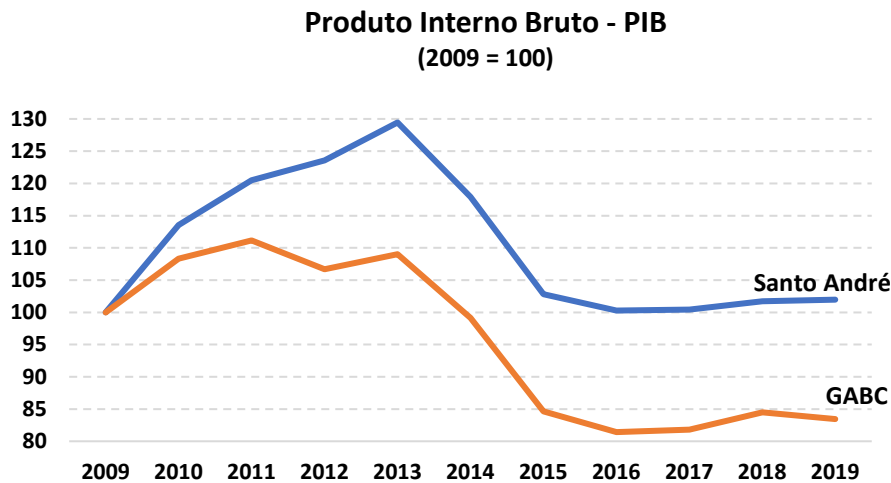


Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Ao analisar a trajetória dos últimos anos 10 anos, o ICMS arrecadado tem uma trajetória de elevação entre 2009 e 2014, que se reduz acentuadamente em 2015, por conta

dos efeitos da retração da economia. Apesar de uma leve recuperação nos quatro anos seguintes, a arrecadação volta a reduzir em 2019, ou seja, a economia de Santo André se estabiliza em um nível mais fraco de atividade econômica após a retração de 2015.

Este comportamento também se repete na região do Grande ABC, corroborado pela trajetória do PIB, com dados divulgados até 2019.



Fonte: SEADE

Ressalta-se, contudo, que em 2021 a arrecadação mensal de ICMS em Santo André foi de pouco mais de R\$ 142 milhões, 36% maior que em 2020. No Grande ABC, a arrecadação média mensal foi de pouco mais de R\$ 748 milhões, 22% maior que em 2020. Até o final da edição deste Boletim, os dados de arrecadação de ICMS por município para o primeiro trimestre de 2022 não estavam disponíveis.

Como apontado anteriormente na edição de fevereiro do Boletim, a arrecadação de ISS (exceto construção civil) no município andreense nos doze meses de 2021 acumulou alta de 8,4%, deflacionados pelo IPCA. É importante observar, contudo, que a arrecadação de ISS (exceto construção civil) de 2021 foi 1,8% menor que em 2019.

O primeiro trimestre de 2022, comparado a igual período de 2021, registrou alta de 2,6% na arrecadação de ISS (exceto construção civil). Quando comparada ao primeiro trimestre de 2020, a arrecadação ainda se situa 6,6% abaixo.

Os indicadores observados apontam, primeiro, que o ritmo de recuperação de diferentes setores da economia é desigual, dada a própria diferença na expansão de

arrecadação de ICMS e ISS, o que inevitavelmente irá impor desequilíbrios setoriais, que normalmente ocorrem em períodos de retomada depois de acentuada retração da atividade econômica. Outro ponto importante é o volume de atividade econômica que a região tem de retomar se quiser voltar à intensidade de 2013/2014, o que é um desafio potencialmente mais complexo diante das expectativas de baixo desempenho macroeconômico para o ano de 2022.

5.2. ATRAJETÓRIA DOS PREÇOS CONTINUA A PESAR NEGATIVAMENTE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA

No final do primeiro trimestre deste ano, a inflação medida pela IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurada pelo IBGE, registrou variação de 11,3% no acumulado em 12 meses. Apenas nos três primeiros meses de 2022, o índice já acumula variação de 3,2%. A meta para a inflação deste ano, definida pelo Conselho de Política Monetária Nacional, é de 3,5% com variação de 1,5 ponto percentual. No final do mês de março, o Banco Central revisou a estimativa de inflação para este ano de 4,7% para 7,1%, superando o teto da meta, de 5% para o ano.

Os principais vilões deste primeiro semestre foram os itens ligados à educação, especialmente as mensalidades escolares, que sofrem reajustes sazonais todo início de ano, refletindo, entre outras coisas, a variação da inflação e dos custos do ano anterior. O grupo alimentação aparece em segundo lugar, puxado principalmente pelo preço da alimentação no domicílio, impactado diretamente pela variação dos preços dos alimentos.

A tabela a seguir detalha a composição do índice de preços calculada para o Brasil e para a Região Metropolitana de São Paulo.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)				
	Brasil		RMSP	
	1 Trim. 2022	Acumulado 12 meses	1 Trim. 2022	Acumulado 12 meses
Índice geral	3,2	11,3	3,17	11,04
1. Alimentação e bebidas	4,89	11,62	4,7	11,65
2. Habitação	1,86	15	2,54	15,77
3. Artigos de residência	4,21	14,25	5,27	16,3
4. Vestuário	3,81	13,83	4,47	14,59
5. Transportes	3,38	17,37	2,57	15,61
6. Saúde e cuidados pessoais	1,73	4,52	1,53	4,41
7. Despesas pessoais	2,02	6,21	2,16	6,41
8. Educação	6,03	6,8	6,16	6,09
9. Comunicação	1,29	2,87	1,75	3,24

Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE. Acumulado em 12 meses encerrados em março de 2022.

Embora com um peso relativo menor, na sequência estão o grupo de artigos para residência e o grupo de transportes, atrelado à variação dos preços dos combustíveis. Os demais grupos pesquisados apresentaram variação em torno de 2% no trimestre ou menos.

Não se pode perder de vista que a ascensão dos níveis de preço é um fenômeno global provocado, em especial, pelo desajuste em diversas cadeias de produção em nível mundial, herdado como efeito da pandemia a exemplo de algumas commodities e alguns insumos de produção industrializados como os microchips. A recente guerra entre a Rússia e Ucrânia tem agravado este quadro, com efeitos mais diretos sobre o fornecimento de petróleo e alguns derivados, fertilizantes, trigo, entre outros. A Carta de Conjuntura número 54 do IPEA, referente ao 1º trimestre de 2022, traz dados detalhados sobre o comportamento recente dos preços globais. A estes se somam também fatores internos, como o nível de indexação de alguns contratos e preços no Brasil, e os choques de oferta em alguns mercados, como energia elétrica.

A variação de preços ao produtor, contudo, desacelerou no primeiro bimestre do ano ao registrar variação de 1,77%, de acordo com os dados do IPP (Índice de Preços aos Produtores) do IBGE. Em igual período de 2020, o IPP havia registrado variação de 8,8%.

Apesar de algumas pequenas diferenças, a composição da inflação na RMSP é semelhante à observada no plano nacional. Especificamente em relação aos preços dos combustíveis, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível),

na segunda semana de abril, o botijão de gás de 13 Kg de GLP registrou preço médio em torno de R\$ 114 no Grande ABC, alta de 7,23% em relação à última semana de janeiro. O menor preço médio foi encontrado em Mauá a R\$ 108,4, e o maior em São Bernardo do Campo, a R\$ 119,1.

O preço médio da gasolina comum registrado no mesmo período na região foi de cerca de R\$ 6,90, 7,8% maior que na última semana de janeiro. As variações dos preços médios entre os municípios do Grande ABC apresentaram desvio padrão de R\$ 0,29. O preço médio mais elevado foi encontrado em Santo André, a R\$ 7,03, e o mais baixo em Diadema, a R\$ 6,72.

O preço da cesta básica registrado em março de 2022 no Grande ABC, segundo o CRAISA, somou R\$ 1.090,53, um aumento de 25,4% comparado ao preço de março de 2021. Em relação ao mês de dezembro do ano passado, o aumento foi de 18%. Neste último período, que compreende o primeiro trimestre do ano, a variação do preço da cesta básica foi puxada pelo preço do tomate, do estrato de tomate e do café.

Conforme comentado na edição anterior, a combinação entre baixo crescimento econômico e nível médio de preços em elevação, a chamada estagflação, impõe um cenário desafiador para a próxima década. Se de um lado foi possível vencer o processo hiperinflacionário presente entre as décadas de 1980 e 1990, ainda não se pode estabelecer uma trajetória macroeconômica com estabilidade de preços. Entre 1996 e 2021, a inflação média anual medida pelo IPCA foi de 6,3% a.a., o que não pode ser considerado um cenário de sólida estabilidade de preços. No campo do denominado lado real da economia, o desafio master é restabelecer as condições para melhorar a taxa de crescimento média da economia brasileira, que não está dissociada da necessidade de estabilizar a trajetória de preços da economia.

6.INDICADORES

6.1BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO

	Brasil		Estado de São Paulo	
	2021	2022	2021	2022
PIB (% em relação igual período)	4,6	-	5,7	-
Produção Industrial (% acum.) ¹	3,9	-7,2	4,9	-9,2
Comércio (% acum.) ¹	4,5	-0,6	1,7	-3,7
Serviço (% acum.) ¹	14,2	14,1	14,1	14,8
Inflação (% acum.) ²	10,06	3,20	9,59	3,17
Exportação (US\$ FOB) ³	280,8 bi	101,4 bi	54,04 bi	19,8 bi
Importação (US\$ FOB) ³	219,4 bi	81,2 bi	67,2 bi	23,7 bi
Balança Comercial (US\$ FOB) ³	61,4 bi	20,2 bi	- 13,1 bi	- 3,9 bi
Taxa Desocupação ⁴	11,1	11,2	11,1	-
Saldo Emprego Formal ⁵	2.761.301	615.173	816,824	176.151

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais / IBGE; Pesquisa Industrial Mensal / IBGE; Pesquisa Mensal do Comércio/ IBGE; Pesquisa Mensal dos Serviços / IBGE; índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE; ComexStat / Ministério da Economia; Novo CAGED / Ministério do Trabalho e Previdência.

1 – Os dados para 2022 refere se ao acumulado no bimestre janeiro / fevereiro

2 – A inflação mensurada pelo IPCA compreende o acumulado nos 12 meses para 2021, e no 1º trimestre apenas para 2022

3 – os dados compreendem os 12 meses para 2021, e o primeiro quadrimestre de 2022.

4 – A taxa de desocupação calculada pelo PNAD para o ano de 2021 refere-se ao 4º trimestre do ano, para o Brasil e São Paulo. Para o ano de 2022, os dados para o Brasil referem-se ao trimestre encerrado em fevereiro/22, considerando os dados disponibilizados pelo IBGE até a finalização deste Boletim.

5 – Dados para o período de janeiro a dezembro de 2021, e para o bimestre janeiro / fevereiro de 2022.

6.2 GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ

6.2.1 COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ FOB)

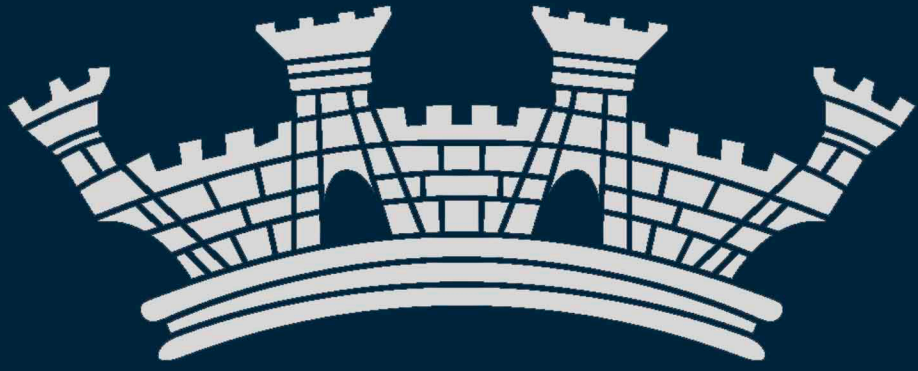
	GABC		Santo André	
	2021	Jan / Abr 2022	2021	Jan / Abr 2022
Exportação	4.509.155.846	1.681.716.594	487.117.502	174.102.841
Bens Capital	2064008230	725690806	19661688	1431340
Bens de Consumo	193891225	78584506	7115553	4334614
Bens Intermediários	2241295475	876252616	452974306	168336887
Combustíveis e Lubrificantes	1846480	1188666	70969	
Bens não especificados anterior.	10749507		7294986	
Importação	5.027.027.892	1.571.434.351	567.467.033	183.942.506
Bens Capital	932764770	239179461	43132457	11803182
Bens de Consumo	259282732	76624935	26448992	8202949
Bens Intermediários	3825908457	1252384158	491191245	161165405
Combustíveis e Lubrificantes	8891080	3245516	6694339	2770970
Bens não especificados anterior.	180853	281	0	
Saldo Balança Comercial	-517.872.046	110.282.243	-80.346.531	-9.839.665

Fonte: ComexStat / Ministério da Economia

6.2.2 MERCADO FORMAL DE TRABALHO

	GABC		Santo André	
	2021	1trim 2022	2021	1trim 2022
Saldo de Empregos	36.506	5.155	8.754	2.550
Agropecuária	9	-14	5	0
Comércio	8.993	-2.074	2.073	-562
Construção Civil	5.878	1.085	1.482	230
Indústria de Transformação	6.055	638	902	70
Serviços	15.571	5.520	4.292	2.812

Fonte: CAGED / Ministério da Economia



PAVLISTARVM TERRA MATER